



AQUILOMBAMENTO E RESISTÊNCIA: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE UMA HISTÓRIA DE LUTA E LIBERDADE

MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO

AQUILOMBAMENTO E RESISTÊNCIA: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE UMA HISTÓRIA DE LUTA E LIBERDADE

AQUILOMBING AND RESISTANCE: INTRODUCTORY NOTES ON A STORY OF STRUGGLE AND FREEDOM

MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO¹

sambacioula@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-2571-0116>

Resumo

Neste artigo refletimos sobre a experiência vivida nos quilombos e em que medida somos afetados por essa experiência singular. Em meio às formas de resistência ao escravismo no Brasil, os quilombos se tornaram referência importante. A forma de organização coletiva empreendida pelos que se dispuseram a escapar do jugo dos senhores se consolidou de tal forma, que invariavelmente a ela nos remetemos quando nos referimos à luta do povo negro no Brasil. Na verdade, os africanos que para cá foram trazidos sempre se rebelaram e lutaram por uma vida livre das amarras da escravidão. A historiadora Beatriz Nascimento vê essa forma de organização como movimento social e político. É essa perspectiva teórica que orienta este trabalho. Outrossim, é imperioso afirmar o quanto os rebelados foram testados na sua capacidade de resistência à perseguição imposta pelo poder colonial. Nesse sentido, recorremos à filosofia de Spinoza para pensar o que impulsiona o ser humano a buscar uma vida melhor e, mesmo nas condições mais adversas insiste nesse propósito.

Palavras-chave: Quilombos. Resistência. Medo e esperança.

Abstract

In this article we reflect on the experience lived in quilombos and to what extent we are affected by this unique experience. Amidst the forms of resistance to slavery in Brazil, quilombos became an important reference. The form of collective organization undertaken by those who were willing to escape the yoke of the masters was consolidated in such a way that we invariably refer to it when referring to the struggle of black people in Brazil. In fact, the Africans

¹ Psicóloga – Mestrado e Doutorado em psicologia clínica /UFF, Membro da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores; do Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro-brasileira – Kitembo/UFF e da Equipe Clínica da Casa de Marias.

who were brought here always rebelled and fought for a life free from the bonds of slavery. Historian Beatriz Nascimento sees this form of organization as a social and political movement. It is this theoretical perspective that guides this work. Furthermore, it is imperative to state how much the rebels were tested in their ability to resist the persecution imposed by the colonial power. In this sense, we turn to Spinoza's philosophy to think about what drives human beings to seek a better life and, even in the most adverse conditions, insists on this purpose.

Keywords: Quilombos. Resistance. Fear and hope.

Introdução

O termo aquilombamento traz em si a memória de uma das formas de resistência ao escravismo no Brasil – os quilombos. Essas comunidades de fugitivos proliferaram no Brasil como em nenhum outro lugar, apesar do forte aparato repressor do Estado brasileiro, num contínuo movimento de construção e reconstrução. Neste trabalho, fazemos referência à experiência vivida nos quilombos, a partir da perspectiva de Beatriz Nascimento (2008): um movimento social e político que representou na história de nosso povo um marco em sua capacidade de organização e resistência. Ela os analisa como instituição eminentemente africana e estabelecida no período colonial e imperial no Brasil, destacando-a como passagem para princípios ideológicos, ou seja, ela faz uma redefinição de quilombo, dando destaque à passagem da instituição em si para símbolo de luta contra a opressão. Uma luta marcada por avanços e recuos, dadas as circunstâncias pouco ou nada favoráveis em que ocorreu. A perseguição dos senhores, aliada à ausência de garantia de encontrar um lugar seguro onde pudessem se instalar e viver com segurança, muitas vezes, levava os insurgentes ao desânimo; isso, entretanto, também foi motivação para a construção de estratégias cada vez mais eficazes visando alcançar a tão sonhada liberdade. Nesse sentido, alguns conceitos da filosofia de Spinoza nos ajudaram na compreensão do ser humano e no que o conduz na busca de uma vida melhor. Assim, afetos como a alegria e a tristeza, o medo e a esperança, além de outros são aqui evocados para pensar os movimentos políticos de resistência.

A travessia

Corpos negros resistiram à travessia. Corpos exaustos, prenhes de desejo de se manter vivos, fazem a vida brotar no chão inóspito do Brasil colônia. Colonização de corpos e mentes. Colonização cuja tarefa foi apostar no descrédito de outros modos de existências e de saberes,

condenando-os à morte física e simbólica. Racismo. Extermínio. Genocídio.

O Atlântico é uma gigantesca encruzilhada. Por ela atravessaram sabedorias de outras terras que vieram imantadas nos corpos, suportes de memórias e de experiências múltiplas, que lançadas na via do não retorno, da desterritorialização e do despedaçamento cognitivo e identitário, reconstruíram-se no próprio curso, no transe, reinventado a si mesmo e o mundo (Simas, 2018, p. 11).

Corpos que têm em si mesmos a memória da terra ancestral. Memória que se atualiza no ressoar dos tambores nos terreiros, na cadência das palmas a marcar o ritmo que faz o corpo despertar lembranças. Os tambores também contam histórias, guardam um determinado discurso, passam determinada mensagem. “Se chibata é grito de morte, o tambor é discurso de vida” (Simas, 2018, p. 58). Memória que também se atualiza na utilização das plantas que curam as feridas do corpo e da alma. A planta que faz o chá e o unguento é também raminho para benzeduras. É “a energia da terra, a força que está nas folhas, a energia que nos nutre, nos mantém vivos e transforma a doença em cura” (Santos, 2019, p. 6). É o modo de cuidar uns dos outros, transmitido de geração a geração. Das senzalas vem a lição de como enfrentar o medo, a solidão, o banzo, as feridas do corpo e no espírito. “Uma rede de convivências e afetos fazia da senzala um lugar de festa, abrigo e de tratamento para quilombolas: ervas, raízes e afagos eram alívio para os doentes. Era a vivência da saúde em comunidade” (Carneiro, 2006, p. 29, grifos no original).

Memória

Crianças, mulheres, homens, todos, cada qual com seu poder de alcance, de entendimento diante da vida, percebeu que, se ficasse cada um para o seu lado, eles não seriam ninguém. A ideia da cooperativa que havia muito o Homem discutia com os irmãos, começou a tomar corpo. Era cada um cuidando de sua vida, mas também cuidando da vida dos outros. Os que estavam doentes ou velhos e que não aguentavam plantar, se tinham alguma terra, cediam para os que não dispunham de nenhuma. Os novos cuidavam da terra, do

alimento para si e para os que não tinham mais forças para disso cuidar. As colheitas eram vendidas e trocadas entre os plantadores mesmo, e o excedente vendido fora. (...) Mas, melhor que o lucro, foi perceberem que, depois de anos e anos a fio, estavam conseguindo, eles mesmos, dar um novo rumo às suas vidas. Estavam se libertando do cinturão do Coronel (Evaristo, 2017, p. 67-68).

A memória da escravidão permanece viva nos modos de agir da população brasileira; afinal, foram quase quatro séculos! Tanto no que concerne ao sofrimento e subjugação dos corpos negros quanto às lutas por liberdade. Acontece que a primeira é a que se revela com mais nitidez. Por muito tempo, os meios de informação, ao dar destaque ao escravizado de ontem e à população negra na atualidade em situação de subalternidade, reforçam o discurso racista do século 19, o que tem proporcionado a evocação de um passado de miséria e sofrimento aliada a um sentimento de incapacidade para transformação da realidade vivida.

Ocorre que também a história nos conta que nem todos reagiram da mesma maneira aos ditames da escravidão, embora ela, de fato, tenha ocorrido em toda a sua brutalidade, em um processo contínuo de desumanização de homens e mulheres, vistos apenas como máquinas de produzir riquezas. As reações foram desde as tentativas de fuga, rebeliões, adoecimento, suicídios até as inúmeras iniciativas de organização coletiva, as irmandades, os quilombos etc. Segundo Flávio dos Santos Gomes (2018), as sociedades escravistas conheceram diversas formas de resistência, destacando-se as fugas individuais e as comunidades de fugitivos. Desenvolveram-se, assim, comunidades de fugitivos que receberam diferentes nomes, como *cumbes* na Venezuela e *palenques* na Colômbia. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos EUA, foram chamados de *maroons*. Na Guiana Holandesa e depois Suriname, ficaram conhecidos como *bush negroes*. Em São Domingos (Haiti) e outras partes do Caribe francês, o termo era *marronage*; já em Cuba e Porto Rico, *cimarronaje*. No Brasil, receberam inicialmente o nome de *mocambos*, para depois ser denominados quilombos. Data de 1575 a

primeira informação sobre um mocambo formado no país, mais exatamente na Bahia.²

Na verdade, o que nos foi sempre repetido até a exaustão é a história do sucesso dos portugueses no processo de escravização dos negros como se estes não tivessem exercido ações em favor de si e dos seus. Ao ignorar, colocar no esquecimento as lutas e as ações dos escravizados e, mais adiante, a de todos aqueles e aquelas que, de algum modo, se opuseram aos dominadores e tentaram outras formas de sociabilidade, os veículos de informação nos fazem crer em uma única versão da história. Há, entretanto, uma “história de liberdade” que os escravos escreveram que é parte essencial da história do Brasil (Salles, Soares, 2005) e que precisa ser contada. Para Lélia Gonzalez (2018, p. 37),

O que a história não enfatiza é que o maior esforço bélico dispendido pelas autoridades coloniais foi contra Palmares e não contra o invasor holandês, como se costumava divulgar. O que ela não enfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço.

Na história de Canudos, de Palmares, de Pau de Colher e da Revolta dos Malês, dos Alfaiates, da Chibata, da Balaiada, da Farroupilha, do Contestado, da Vacina etc., há a presença e a participação decisiva de escravizados e de libertos. Kabengele Munanga (2018), ao reportar-se à importância do resgate da memória dos negros na história do Brasil, afirma:

² “Por aqui foi apenas a legislação colonial de 1740 que definiu o que seria um quilombo. O Conselho Ultramarino estabeleceu, então, que quilombo era ‘toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles’. No entanto, um século antes já existiam câmaras municipais que definiam como quilombos agrupamentos com apenas ‘dois ou mais fugidos’, e que tivessem ‘ranchos e pilões’, ou seja, uma estrutura econômica mais fixa. As comunidades de fugitivos proliferaram no Brasil como em nenhum outro lugar, exatamente por conta da capacidade de eles se articularem com as lógicas econômicas das regiões vizinhas. Nunca isolados, mocambos e quilombos realizavam trocas econômicas tanto com escravos como com a população livre: taberneiros, lavradores, fâscadores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, mascates, quitandeiras. (...) Também proliferaram os quilombos urbanos, unidades móveis que se formaram no Brasil imperial, principalmente nas grandes cidades escravistas, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Eram espaços de proteção e/ou esconderijo para os milhares de fugitivos noticiados na imprensa diariamente” (Gomes, 2018, p. 387-388).

o negro só pode ser protagonista da História do Brasil ao mostrar que ele faz parte dessa história não apenas como força muscular humana, mas como cérebro, resistente apesar do rolo compressor da escravidão, que deu sangue, deu cultura ao Brasil e, portanto, sem ele a história do Brasil não teria a configuração atual. Os negros são sujeitos dessa história, apesar de serem vítimas das práticas racistas que explicam sua situação de subalternidade no Brasil contemporâneo.

Para Beatriz Nascimento (2021, p. 45), “a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita”. Ela o afirma partindo da constatação de que a história que temos ainda não contempla a vida vivida pelos negros de forma mais abrangente. A história do homem negro tem sido preterida em favor de um cientificismo e de um tecnicismo de modo a circunscrevê-la num período histórico reduzido, ou seja, a partir do século 19. Como mais uma ciência, construiu uma história a partir de “um enfoque etnográfico, religioso, socioeconômico, ou seja, fragmentariamente”. Ela aponta os perigos de tal abordagem “porque pretende, na constatação de aspectos, explicar o todo. Um trabalho que trate de um povo como nós tem que levar em conta aspectos não apenas econômicos como também raciais” (p. 38-39), porém sem incorrer na manutenção de estereótipos e mitificações que remontam às origens “da vida histórica de um povo que foi (...) violentado na sua história real” (p. 38-39).

A crítica de Beatriz Nascimento foi feita nos finais da década de 1970 e começou a fazer eco a partir da década de 1990, quando os estudos históricos sobre o negro sofreram uma inflexão no sentido de uma abordagem mais voltada para os aspectos do cotidiano dos negros brasileiros. Hoje podemos contar com bibliografia considerável nas áreas de ciências sociais e humanas que tem nos auxiliado no debate da questão do racismo no Brasil. Todavia, a crítica continua sendo atual, tendo em vista a incipiente adesão aos princípios da lei nº 10.639/03, por constituir importante ferramenta de combate à desinformação como pilar de preconceitos e estereótipos. Concordamos com Beatriz Nascimento (2021, p. 41) quando pontua que “O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusa-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abomina a realidade

racial por comodismo, medo ou racismo". Pensamos que, ao referir-se à falta de reflexão teórica sobre o cotidiano do negro, profundamente atravessado pelo preconceito racial que se manifesta explícita e/ou veladamente, Beatriz propõe um diálogo com a psicologia, no sentido de que esta não se abstinha desse debate. Quanto a fazer a história da raça negra, escreveu:

Este projeto é difícil. É um desafio. Este desafio aceitei-o totalmente a partir do momento em que um intelectual branco me disse que era mais preto do que eu. Foi para a mim a afirmação mais mistificadora, mais sofisticada e mais desafiadora. Pensa ele que basta entender ou participar de algumas manifestações culturais para se ser preto; outros pensam que quem nos estuda no escravismo nos entendeu historicamente. Como se a história pudesse ser limitada no "tempo espetacular", no tempo representado, e não o contrário: o tempo é que está dentro da história. Não se estuda, no negro que está vivendo, a história vivida. *Somos a história viva do preto, não números.* (...)

Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim podemos nos entender e nos fazer(...) aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem ser(...) confundidos com americanos ou africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática (Nascimento, 2021, p. 45, grifos no original).

Aceitando, portanto, esse desafio, cumpre-nos envidar esforços para, a partir dos fragmentos que chegaram até nós, ligar os fios que podem nos conduzir a um olhar mais terno e compreensível sobre as/os que vieram antes de nós e sobre nós mesmas/os. Reconhecer suas lutas permeadas de vitórias e fracassos nos permitirá libertarmo-nos dos efeitos nefastos do racismo em nós, negras/os e brancas/os. Certamente, tornar-nos-emos indivíduos mais potentes, mais alegres.

Medo e esperança

"Nossos passos vêm de longe...", assim como não é de hoje que teimam em disseminar a ideia de que "o brasileiro é um sujeito acomodado"; e para confirmar isso, lança-se constantemente a imagens e/ou informações de outros países onde, "diferentemente" de nós, o povo se une e luta. Ou ainda a mitificação sobre o Brasil como sendo um país

onde não há guerra. Omitem-se, obviamente, os conflitos rurais e urbanos que aqui ocorreram e ocorrem desde os tempos do Brasil colônia até os dias atuais. Apesar, entretanto, do cerceamento às informações, chegam até nós notícias sobre brasileiros e brasileiras que, a despeito do medo ante o aparato repressivo do Estado e de suas instituições, empreenderam ações que redundaram em mudanças significativas em suas vidas. Possivelmente, o medo rondou e ronda quem vive em um acampamento ou em uma ocupação em face da inexistência de políticas públicas que lhes dê garantia de moradia, terra e trabalho. Afetados pelo medo, talvez alguns pensem em desistir da luta ou em aceitar qualquer acordo; outros, entretanto, optam pelo enfrentamento, afetados que estão pela esperança de alcançar melhorias das condições de vida. Esse é o afeto que os move! Decidem, pois, pelo movimento, no sentido da luta, e isso pode contagiar os demais.

O medo igualmente ronda a juventude negra que constata que seu direito de ir e vir está condicionado ao dito popular “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, pois são os primeiros, senão os únicos alvos das “duras” da polícia. Têm, todavia, esperança de que tal arbitrariedade possa não ocorrer. Estar bem arrumado, desprovido de elementos (camisas e bonés) que possam ser associados a grupos estigmatizados como perigosos seria uma garantia de escapar de uma possível investida policial. Ainda assim, mesmo esperançosos de não se deparar com a polícia, o medo persiste porque tal estratégia pode não funcionar. Não há, portanto, medo sem esperança nem esperança sem medo!

Medo e esperança são os principais afetos experimentados na vida social e muito bem fomentados pelo Estado por meio de suas leis e instituições (Rauter, 2017). O Estado civil governa pela esperança e pelo medo, e este é utilizado como arma política, conseguindo assim a submissão do povo a seus ditames. Por exemplo, o medo do desemprego pode ser (e tem sido) o motivo da aceitação de salários cada vez mais achatados, o que deixa os empregadores mais tranquilos; mas eles sabem que isso tem efeito temporário, por isso trabalham para que não tenhamos, pela imaginação, acesso às fontes de nossos medos, ou seja, às

causas do desemprego. Oferecem, portanto, explicações, por intermédio da mídia, sobre as “necessidades” das medidas de ajustes da economia, incluindo aí os cortes de investimentos em áreas que são cruciais para a vida da população, e dizem que tais medidas vão trazer benefícios ao país. Só não dizem, evidentemente, quem são os que, de fato, têm a vida melhorada em função dessas políticas. Isso pode suscitar a indignação e a revolta nos que vivem toda sorte de privações e infortúnios decorrentes dessas políticas.

Importa aqui destacar que, embora fustigados pelo medo, os indivíduos, ante o cenário de desigualdades sociais e injustiças e movidos pela revolta e indignação, promovem ações de enfrentamento dessas circunstâncias. Dizemos que, nesse caso, o medo deu lugar à revolta, estado afetivo próximo do medo. É isso que os governos temem. O medo tanto pode se transformar em rebelião como pode se converter em ações de solidariedade (vide atuação de populares durante a pandemia no socorro aos moradores sem alimentos). O grande medo, contudo, é o da revolta, porque ela pode levar a resultados imprevisíveis e/ou indesejados, pois quanto mais indivíduos se juntarem, mais potentes se sentirão para o enfrentamento de uma situação de opressão. E temos testemunhado isso ao longo da história

Em diversas circunstâncias da vida cotidiana, sentimos medo. Pode-se perder trabalho, moradia, amigos e até a própria vida; por isso buscamos maneiras de resistir e de nos perseverar em meio às adversidades. E isso não é algo estranho à existência. Estamos sempre diante de algo mais forte e que pode nos aniquilar, seja por fatores relativos à vida em sociedade, seja pela natureza (ventos, tempestades, frio e calor excessivos etc.).

Não existe, na natureza das coisas, nenhuma coisa singular relativamente a qual não exista outra mais potente e mais forte. Dada uma coisa qualquer, existe outra, mais potente, pela qual a primeira pode ser destruída – Ética, Parte IV, axioma (Spinoza, 2015, p. 159).

Sempre somos ameaçados por algo mais forte do que nós. E estar com os semelhantes é a melhor forma de resistir.

Certo domingo, fui surpreendida com a chamada telefônica de uma amiga. Muito aflita, com voz trêmula, falou de seus temores, estava tomada por ideia suicida e temia sucumbir ante a avalanche de pensamentos ruins, e a sensação era de perigo iminente. Sentia um grande vazio, um medo intenso, pois estava sozinha em casa. Tentei acalmá-la, convocando-a a respirar lentamente. Conseguimos marcar um encontro para o dia seguinte. A seguir, falou que queria ir ao terreiro, mas que estava sem coragem. Animei-a para ir até lá, disse que seria bom para ela estar com outras pessoas. No dia seguinte, não foi ao encontro, mas entrou em contato comigo para avisar que fora ao terreiro, passara toda a noite e ainda permanecia lá, devendo passar o dia, ocupada com algumas atividades. Estava serena. Percebi que minha amiga, contagiada pelos afetos que lá circulavam, se fortalecera deveras. Essa não foi a primeira vez que passou por tal situação, já havia tentado o suicídio uma vez; sem sucesso, felizmente.

Consideramos que esse episódio ilustra o que queremos destacar sobre a preponderância do medo quando estamos sós. A solidão limita a nossa capacidade de resistir ao medo, e, consequentemente, temos a nossa potência diminuída. Nessa condição, estamos sempre em contato com pensamentos, coisas ou pessoas que nos entristecem. Nossa tendência é o encolhimento, o ruminar das mesmas ideias.

Outro aspecto da vida afetiva a destacar é a imaginação. Foi por ela que Karine ligou para mim pedindo socorro, falando a respeito de seu estado de medo; e, também, foi pela imaginação que a incentivei a ir ao terreiro naquele momento. Era a possibilidade de contagiar-se com outros afetos, superando assim a tristeza que a tornava tão fragilizada, pois, “quando a mente imagina sua impotência, por isso mesmo ela se enfraquece” – Prop. 55, E- III (Spinoza, 2015, p. 134).

Na solidão temos menos possibilidades de nos contagarmos com afetos experimentados por nossos semelhantes e ficamos restritos àqueles que podemos proporcionar a nós mesmos a partir de nossa própria

imaginação. Tristes e solitários, mais facilmente estaremos submetidos a uma potência exterior mais forte que a nossa, que pode nos controlar e até nos destruir (Rauter, 2017, p. 72-73).

Diz o ditado africano “duas cabeças pensam melhor que uma”. Os que viviam os horrores da escravidão inventaram meios de sair daquela opressão e construíram modos de vida que lhes garantiam perseverar no seu ser. O esforço para a afirmação de si é próprio da vida, como expresso no Corolário da Proposição 22, E – IV (Spinoza, 2015, p. 171): “O esforço por se conservar é o primeiro e único fundamento da virtude”. Sabemos, entretanto, que, a cada movimento nesse sentido, seguem-se movimentos de forças que podem nos destruir. Nossos antepassados já tinham esse conhecimento, por isso uniam-se a outros como a melhor garantia da própria sobrevivência. Sabiam que solitários era mais difícil alcançar tal objetivo. Certamente, também foi e é possível empreender uma ação solitariamente, porém a probabilidade de vitória é muito maior quanto mais os indivíduos se juntarem para enfrentar os obstáculos que seguramente terão à frente, porque a vida é um combate constante. “um combate que diz respeito à própria vida em suas formas de expressão. (...) Estamos sempre vivendo, pensando e agindo com os meios de que dispomos e com as limitações do nosso ser que estão sempre presentes” (Rauter, 2017, p. 69).

Podemos dizer que assim foram e assim têm sido as lutas de resistência do povo preto – e do povo indígena – no Brasil.

Resistimos! Re-existimos! Perseveramos!

Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar de continuar queimando
(Santos, 2015, p. 45).

Após a destruição, a reconstrução é o caminho inevitável a seguir, assim como apesar da escuridão e dos terrores da noite, um novo amanhecer se impõe. Esse poema nos mostra o que tem sido a experiência do povo negro no Brasil ao longo da história. Igualmente, falamos da capacidade inventiva desse povo. Tal como uma fênix, renasce das cinzas e empreende nova empreitada. Não se trata, contudo, de proeza pura e simples, como se a transformação se processasse em um abrir e piscar de olhos. Pensamos que a transformação, ou mesmo o engendramento do novo, se dá pela exigência da própria vida em seu desejo de perseverar na existência. Os que viviam nos quilombos ou experimentaram outras formas de organização coletiva, decerto, temiam as possibilidades de um possível fracasso, tal como ocorre hoje com os que vivem em assentamentos e/ou ocupações. Retomaram, entretanto, a luta com vigor redobrado.

O que faz com que os indivíduos recomecem após uma retumbante “derrota” ou se engajem em projetos apesar das incertezas acerca do futuro?

Possivelmente não tenhamos resposta para isso, mas ousamos trazer alguns elementos que podem nos auxiliar na formulação de algumas hipóteses sobre a questão levantada.

Imaginamos que uma imensa tristeza se apoderou dos que lograram sobreviver às investidas das forças da ordem, sendo obrigados a renunciar a seus sonhos de liberdade, como foi o caso dos quilombos. Pensamos que, por muito tempo, tiveram por companhia “a dor e o banzo alimentando a vida” (Evaristo, 2018, p. 34). Dor pela perda de bens e de vidas em meio à luta por uma vida que fizesse sentido; e banzo (saudade) da vida experimentada em outro tempo e lugar. É solidão. É, portanto, o reino da tristeza! Afeto que decorre de um mau encontro, a tristeza os torna distantes de si mesmos. Separados do que podem, ou seja, da sua potência, mesmo que realizem algumas coisas, estas não produzem ressonância, porque não há entusiasmo pela existência, estão sem viço.

Eis que, no entanto, não sabemos como nem exatamente quando, as coisas começam a mudar. Inicia-se um novo movimento, que pode até

ser visto como mais uma aventura para os mais céticos, porém, um movimento inevitável. É a luta pela vida!

A teóloga Isabella Guanzini (2022), autora do livro *Filosofia da alegria*, em entrevista à revista do Instituto Humanitas Unisinos, em 2021, utilizou a imagem da bicicleta para falar da alegria. Em um primeiro momento, referiu-se ao filme *As bicicletas de Belleville*, que narra a história de um menino que retorna à vida após ganhar da avó uma bicicleta. A segunda referência à bicicleta é utilizada por Madeleine Delbrêl (poeta e mística francesa) para falar de sua experiência espiritual, vivida como “uma experiência muito dinâmica, uma experiência ao ar livre” (Guanzini, 2022). Prossegue Isabella: “a bicicleta (...) É como a vida que, para ser vivida de verdade, deve ser continuamente posta em movimento pisando nos pedais, alcançando aquele equilíbrio instável, perigoso e assim tão gratificante que traz a alegria”. Assim, Madeleine fala de uma “insegurança vertiginosa’ que nada mais é do que a imagem de nossa vida” (Guanzini, 2022). Tal como a bicicleta – que, se ficar encostada em um muro, parece um objeto triste que desperta melancolia –, a nossa vida não pode ficar solitária, no fechado, se quiser sair da tristeza.

Pois bem, Isabella Guanzini disse na entrevista de 2021 que, na história narrada pelo filme, “a bicicleta torna-se o sinal evidente do retorno dessa criança à vida”, embora não sejamos informados por que justamente a bicicleta fez o menino retornar à vida. Fato é que “a bicicleta se transforma em paixão pela vida, desperta o desejo, a alegria de viver”. De igual modo, também não sabemos exatamente o que faz com que os “derrotados” retomem a luta. Podemos, contudo, a partir do que já argumentamos neste capítulo, considerar os diversos fatores implicados no retorno à alegria de viver.

Primeiro, por mais que tenham sido dominados pela tristeza, enfraquecidos na sua potência de agir e pensar, a centelha da vida, mesmo em grau mínimo, continuava pulsando. Assim, ao se juntarem, porque “duas cabeças pensam melhor que uma”, puderam planejar as saídas possíveis, contagiando-se mutuamente com a ideia de um novo recomeço. Dito de outro modo, estando juntos, os indivíduos podem se

contagiar com afetos que mobilizem em outras direções. Consequentemente, a tristeza vai perdendo espaço, porque ela estava associada ao sentimento de impotência e medo, sentimentos intensificados pelo fogo que destruiu o quilombo. Agora, um ardor pela conquista de uma nova terra se instala. Isso é alegria! É o efeito do movimento em curso. Ainda que receosos, caminham em meio a dúvidas e incertezas, buscando reconstruir suas vidas. Por mais que sejam ameaçados de que podem até ser mortos, não desanimam. Ao contrário, buscam se aliar a tudo que os pode fortalecer e assim perseverar na existência. E por conseguir aos poucos agir por seu próprio desígnio, não ficavam ao Deus dará, como diziam os mais velhos; vão se empenhando na luta por melhores dias recusando tudo o que os possa afastar do seu objetivo e diminuir as suas chances de manter-se vivos; e aqui nos referimos à vida em toda a sua expressão. Nada se iguala à alegria da conquista, por menor que seja o seu alcance; comemora-se a pequena lavoura plantada, com cantos e danças. É a alegria de mais uma etapa vencida.

Entendemos que a vida deve ser continuamente posta em movimento. Vivendo, pensando e agindo, assim, os que perderam tudo demarcam um novo território, mesmo na insegurança; há que ter todos os sentidos a postos, é perigoso, o inimigo está à espreita, mas é gratificante porque traz alegria.

É pela alegria que reagimos ao que está parado, queimado. Em uma profusão de afetos alegres, é difícil não se deixar contagiar perante as perspectivas de um novo porvir. Sair da tristeza é sair da solidão e do abandono. E isso só é possível pelo movimento, pelo trabalho de reunir os semelhantes e lançar-se ao projeto de reconstrução da vida.

Nos encontros formais e informais, quando se imputa ao passado cativo a responsabilidade pelas agruras que a população negra vive no momento atual, procuramos sempre nos remeter à experiência de luta dos que sofreram os horrores da escravidão, contando fragmentos da

“história que a história não conta”³ que informam quão falaciosos são os argumentos de quem associa “raça” negra apenas à condição servil. Não estamos, com isso, negando o passado cativo. Houve, sim, subjugação de corpos negros, porém, muitos deles se rebelaram e foram criativos ao desenvolver um modo bem particular de organização societária – os quilombos. Tais agrupamentos foram muitos potentes em suas investidas, por isso suscitaram a ira dos senhores. Tal ira se materializou na perseguição sistemática a esses aglomerados de revoltosos que foram inúmeros em território brasileiro. Alguns deles se destacaram pela organização e capacidade de articulação com a comunidade na qual estavam inseridos, estabelecendo intrincada rede de trocas e serviços. Algumas lideranças se destacaram pela atuação forte e decidida na defesa de seu povo, como foi o caso de Zumbi, do Quilombo de Palmares, e de Tereza de Benguela, a Rainha Tereza, do Quilombo de Quariterê, em Mato Grosso. Optamos por mencionar essas duas lideranças pelo fato de se terem tornado referência do movimento negro, sendo reverenciados em datas alusivas à luta do povo negro no Brasil, respectivamente, em 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – e 25 de julho – Dia Nacional da Mulher Negra.⁴

Faremos Palmares de novo!

Para o historiador e escritor Joel Rufino dos Santos (2008, p. 179-180),

Palmares foi o episódio mais importante de nossa história social. Seguramente não há na história da América um núcleo rebelde que tenha resistido por tanto tempo. Palmares durou aproximadamente um século dos quinhentos anos de vida que tem o Brasil. Foi mais do que um núcleo rebelde, constituindo-se durante esse longo tempo num verdadeiro Estado alternativo ao Estado metropolitano colonial. Mais do que um Estado, Palmares representou também, durante esses quase cem anos de existência, uma nova sociedade e o embrião de uma civilização original, misto de contribuições africanas, indígenas e até mesmo europeias, sobretudo dos oprimidos, dos discriminados pela sociedade colonial escravista.

³ Verso do samba-enredo da Mangueira, 2019.

⁴ É também o dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha.

Uma sociedade assentada em outras bases! Eis o que sinalizava a existência dos quilombos! Outro mundo possível! Contracolonizadores (Santos, 2015) atuando na contramão do “progresso” são uma ameaça à ordem colonial! Movimentação pela vida – alegria!

Por tudo isso, Palmares passou a ser uma referência de luta e possibilidades de construção de uma existência mais plena e feliz. Perseguições e tentativas de cooptação por parte dos que se sentiram prejudicados pela pujança de suas colheitas também fizeram parte do cotidiano desses insurrectos. Palmares ocupava uma área privilegiada no estado de Alagoas. Dotada de terras férteis, era alvo da cobiça dos colonizadores. Decerto que a luta empreendida para derrotar o quilombo “tinha embutida essa intenção de ocupar as terras mais férteis da capitania, que, do ponto de vista dos colonialistas, estavam absurdamente ocupadas por negros fugidos” (Santos, 2008, p. 192).

A criação, na década de 1980, do Memorial Zumbi, “no local histórico em que existiu até 1695 a capital do Estado Negro de Palmares” (Santos, 2008, p. 189), insere-se no processo de resgate da presença e atuação do povo negro na história do Brasil. Tal iniciativa teve a participação de entidades e organizações negras de todo o país e, mais adiante, também de organizações indígenas.

Um dos pontos altos da reverência à memória de Palmares é a subida da Serra da Barriga, doravante consagrada como local anual de peregrinação. “Ao longo desses nove anos, para lá têm ido instituições, entidades organizações, lideranças e autoridades das mais variadas, provindas dos mais diversos cantos do país (...), lá celebrando a vitória da vida sobre a morte” (Santos, 2008, p. 191).

Muito mais poderíamos discorrer sobre o Memorial Zumbi, porém, cremos que o depoimento de Joel Rufino sobre a experiência de subir a Serra da Barriga nos fornece elementos para entender o significado de Palmares para o povo preto.

Desde o dia da nossa primeira subida à Serra, em agosto de 1980, essa outra natureza do povo negro, que é o mágico, o

encantatório, tem nos acompanhado. Naquela primeira ocasião alguns de nós tiveram visões, outros se sentiram possuídos por orixás, alguns se sentiram fortemente comovidos que a partir de então sua vida ganhou novo sentido, como se houvesse ocorrido um novo nascimento. E o que é mais importante e mais palpável, todos que têm subido a Serra da Barriga nessas peregrinações anuais regressam com uma nova energia para a sua luta organizada contra o racismo, uma energia que tem gerado frutos dos mais diversos em pessoas de todo o país. Cremos mesmo que a peregrinação anual à Serra da Barriga é como um ritual de realimentação de nosso axé (Santos, 2008, p. 198-199).

O modo como se estabeleceu o meio rural no Brasil está intrinsecamente ligado aos quilombos. Segundo Flávio Gomes (2018), a ampliação do campesinato negro e o surgimento de comunidades rurais negras estão ligados à movimentação dos libertos e dos descendentes dos quilombolas no período após a abolição. “As formações rurais do pós-emancipação foram caracterizadas como um ‘campesinato itinerante’, marcado por famílias negras organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território” (p. 391). Nesse ambiente, juntaram-se as “antigas e reformadas comunidades de fugitivos da escravidão, expandindo-se ainda mais as dimensões dos quilombolas e seus remanescentes”, fenômeno que se dá não apenas no final do século 19, mas até nos dias atuais. “Cerca de 5 mil comunidades remanescentes de quilombos⁵ encontram-se espalhadas de norte a sul do Brasil, em povoados constituídos por famílias cujo número varia de trinta a 2 mil” (p. 391).

E aqui estamos em nossa teimosia de existir e reexistir. Com alegria! Certa vez em conversa com um grupo de jovens negras/os, indaguei sobre o que sabiam da história da própria família, sobre como chegaram até

⁵ “Utilizado oficialmente na Constituição brasileira desde 1988, o termo “remanescentes das comunidades dos quilombos” foi transformado numa definição abrangente e ao mesmo tempo operacional no sentido do reconhecimento dos direitos sobre a posse da terra e a cidadania. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Garante-se, pois, o direito possessório das terras ocupadas e herdadas por seus antepassados. Ainda assim, muitas comunidades têm enfrentado problemas, motivados, entre outros fatores, pela morosidade dos órgãos estaduais e federais na titulação definitiva de suas terras, na lentidão dos processos que garantem seus territórios e reconhecem a importância dessa que é uma cultura ancestral” (Gomes, 2018, p. 391-392).

onde estão atualmente. Seus pais, avós, vieram de onde e o que fizeram para chegar até os dias de hoje? Quais as barreiras e as dificuldades que superaram? Decerto, não desistiram! Foram extremamente potentes apesar das adversidades. Percebi, no entanto, certa dificuldade em responder, na verdade, um acanhamento, como se não tivessem o que contar ou que não fossem importantes os feitos de seus pais e avós. O meu objetivo naquele momento era fazê-los ver que os mais velhos trabalharam muito para chegar até aqui, e se estão em situação de desvantagem não é por falta de empenho, mas pelas circunstâncias econômicas e sociais de ontem e de hoje. É necessário, portanto, reconhecer e valorizar tais feitos, e tê-los como referenciais. Lembrar de onde vieram e como enfrentaram as dificuldades é reverenciar a memória dos mais velhos. Verdade que muitos ficaram pelo caminho, e serão os filhos que concretizarão seus sonhos.

Tio Tatão dizia que as pessoas morrem, mas não morrem, continuam nas outras.

– Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se libertar por meio de você (Evaristo, 2018, p. 111).

Uma das jovens disse que percebe a satisfação do pai ao vê-la sair cedo de casa para ir à faculdade, ou seja, ele está apostando nela.

Era preciso fazê-los ver que houve, da parte dos que vieram antes: ação, movimento, muito trabalho, ou seja, “recuperar a memória da nossa história e da nossa resistência”. Ir em direção contrária aos propósitos da colonização. Esta se empenhou e se empenha em colonizar a memória dos/as escravizados/as, apagando-a para os/as fazer “sentir-se coisa nenhuma, objeto, escravo” (Oliveira, 2019, p. 161). E isso tem sido feito desde sua captura no continente africano, quando, despidos de sua língua, cultura, religião, parentesco, ou seja, de tudo que os singulariza, são

reduzidos a corpos aptos para o trabalho servil nas terras recém-“descobertas”.

Finalizando, provisoriamente...

É sabido que, nas diferentes partes do mundo, homens e mulheres reagiram, a seu modo, às tentativas de dominação e imposição de costumes e valores pela colonização – no que foram, repetidas vezes combatidos de forma violenta. Aqui no Brasil não foi diferente. Ao longo de nossa história, temos o registro das lutas de resistências empreendidas por escravizados e libertos, na defesa e na manutenção de sua cultura e de seus modos de vida.

O ataque feroz aos quilombos fazia parte das estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro no sentido de coibir quaisquer iniciativas que pusessem em risco a colonização, em cujo horizonte estava a expansão do modo de produção capitalista – que se deu a partir da subjugação dos povos africanos e indígenas. Tivemos aí lançadas as bases de uma sociedade que se organiza e se sustenta com base na negação do estatuto de humanidade (racismo) aos africanos e indígenas.

A sociedade brasileira, nascida da escravidão e do colonialismo, tem no racismo seu pilar, ou seja, desde o início de sua formação, é o critério racial que define, por excelência, os lugares sociais, os quais foram mantidos mesmo com a abolição formal da escravidão em 1888, porque, no Brasil, deu-se “a superação da escravidão enquanto forma de organização do trabalho e dominação política, sem romper com as hierarquias sociais dela oriundas” (Cardoso, 2017, p. 7).

Romper com essas hierarquias tem sido o fulcro da luta por terra, moradia, trabalho, saúde, educação etc. Foi/é mediante muitas lutas que o povo negro avançou/avança na conquista de direitos; isso, entretanto, não ocorreu/ocorre de forma linear com sucessivas vitórias, muito pelo contrário; nem sempre os resultados da luta se traduziram/se traduzem em mudanças significativas na vida dos que dela participaram/participam, e nesse caso o sentimento é de tristeza. Ao

contrário, quando a vitória é mais significativa, o momento é de júbilo e de alegria. E nesse caso os indivíduos se sentem mais fortes para seguir em frente nos seus propósitos de uma vida melhor. Novamente voltamos a Spinoza ao nos referir à alegria e à tristeza, dois afetos cuja intensidade aponta para mais ou menos disposição para a luta.

Do ponto de vista de Spinoza, Deus (Natureza) “determina a existência de seres e coisas, como nós e outros. Seres que se caracterizam por diferentes níveis de potência ou de força” (Bove, 2010, p. 26). Advém daí uma explicação e o entendimento da realidade a partir do ponto de vista do desejo tomado com o motor que articula essa mesma realidade. Não é, entretanto, desejo de algo, mas a própria potência de agir e produzir efeitos. Partindo então desse ponto de vista, todos os seres têm potência, posto que é isso que os impulsiona a agir. É o que Spinoza chama de *conatus* – o esforço que cada ente faz para perseverar no seu ser. Isso está em todos os seres e coisas – a ânsia de agir, de viver –, que Spinoza denomina apetite ou potência de agir; é o *conatus*, o esforço para perseverar no ser. “Cada ser esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar no seu ser” – Ética II, Prop. 6 (Spinoza, 2015, p. 105).

Ocorre que, “em função dos encontros que se dão entre os vários seres, a potência de cada um deles flutua” (Bove, 2010, p. 27). Isto é, cada ser vai ter sua potência aumentada ou diminuída a partir do encontro com outros seres; e a sensação experimentada nesses encontros será de alegria quando a potência de agir está aumentada, e será de tristeza quando a potência de agir está diminuída. Assim, pode-se falar na ocorrência de bons e maus encontros, em aumento e diminuição de potência, respectivamente, mas não em falta de potência. Podemos dizer que, nos maus encontros, os/as negros/as tiveram/têm sua potência de agir diminuída. Sendo assim, procede afirmar que os negros tiveram/têm sua potência diminuída em face da escravidão, a partir do encontro com a branquitude. As condições adversas – as estruturas e práticas discriminatórias, com as quais se depararam e se deparam ainda – são uma realidade. Porém, apesar da tristeza – entendida como o efeito de um mau encontro (relação senhor/escravo) –, eles se mantiveram e se mantêm

ativos. E sua potência vai aumentar em decorrência dos bons encontros que também se deram e se dão (batuques, terreiros, quilombos, irmandades). A alegria será mais forte que tal tristeza. “O desejo que surge da alegria é, em igualdade de circunstâncias, mais forte que o desejo que surge da tristeza.” Ética IV – Proposição 18 (Spinoza, 2015, p. 168). Isso pode explicar por que, apesar das derrotas que porventura tenham sofrido, os indivíduos retomam a luta.

Finalizamos, pois com o ensinamento de Beatriz Nascimento (2021, p. 241):

A partir de 1960, o mito Zumbi apropriou-se de nossa sociopolítica. Foi ele que nos fez caminhar adiante da história, resgatando o passado. (...)

Sob sua efígie, sua imagem recalcada que estava em cada um de nós, ele inventou um movimento. Fazendo-nos lembrar hoje que o quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós. Somos parte do Brasil. Esse Brasil democrático, revolucionário, que ajudamos a construir, é assim que o queremos.

Contra todas as forças conservadoras. Quilombo hoje é o momento de resgate histórico. Está presente em nós, entre nós, no mundo.

Zambi-ê!

Referências

BOVE, Laurent. *Espinosa e a psicologia social: ensaios de ontologia política e antropogênese*. Vários trad. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica Editora/Nupsi-USP, 2010.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn (orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. 2. ed. Trad. Maísa Mendonça. Marilena Agostini e Maria Cecilia McDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006. p. 22-41.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Para superar o antirracismo de resultados: um movimento negro radical e popular. In: OLIVEIRA, Dennis (org.). *A luta contra o racismo no Brasil*. São Paulo: Edições Fórum, 2017.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 367-376.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GUANZINI, Isabella. Filosofia da alegria. Entrevista concedida a Giordano Cavallari. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/617424-filosofia-da-alegria-entrevista-com-isabella-guanzini>. Acesso em 5 abr. 2022

MUNANGA. Kabemgele. A transformação do negro como ser errante. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 5 jan. 2018. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7169-a-transformacao-do-negro-em-ser-errante>. Acesso em 20 jun. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTI, Alex (org.). *Uma história é feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 37-46.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito quilombo e a resistência afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 71-92. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira: 2).

RAUTER, Cristina Mair Barros. *O medo do crime no Brasil: controle social e rebelião*. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

SALLES, Ricardo Henrique; SOARES, Mariza de Carvalho. *Episódios de história afro-brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2005.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. O enegrecimento da psicologia: indicações para a formação profissional. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 39, n. esp., p. 159-171, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500305. Acesso em 20 junho 2021.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Incti, 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. Memorial Zumbi: conquista do movimento negro. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Cultura e movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 179-188. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 2).

SIMAS, Luiz Antonio. *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SPINOZA, Baruch. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Recebido em: 20 de abril de 2024

Aceito em: 09 de julho de 2024